



# A importância dada aos estudos genealógicos e às biografias familiares na Campanha Eugênica brasileira nas primeiras décadas do século XX

The importance given to the genealogical studies and family biographies in the Brazilian Eugenics Campaign in the first decades of the 20th century

William Vaz de Oliveira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal analisar a importância dada aos estudos genealógicos, aos estudos sobre *pedigree* humano, às biografias familiares, às leis da hereditariedade e controle genético das populações, nos discursos e práticas eugenistas desenvolvidos no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eugenia Hereditariedade. Genealogia. População.

## ABSTRACT

The aims of this article is to analyze the importance given to genealogical studies, to studies on human pedigree, the family biographies, the laws of heredity and genetic control of populations, in the speeches and eugenics practices developed in Brazil in the first decades of the twentieth century.

**KEYWORDS:** Eugenics. Heredity. Genealogy. Population

\* \* \*

## Introdução

O conceito eugenia foi cunhado em finais do século XIX pelo antropólogo, matemático e estatístico inglês, Francis Galton. Influenciado pela teoria da evolução, desenvolvida pelo seu primo Charles Darwin em seu livro *A origem das espécies*, publicado em 1859, Galton concebeu a

<sup>1</sup> Historiador e Psicólogo. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto I de História do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ). E-mail: [williamvaz@gmail.com](mailto:williamvaz@gmail.com).

eugenia enquanto “a ciência que lida com todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça; também aquelas que lhes desenvolvam ao máximo suas vantagens” (GALTON, 1904, p. 82 – *tradução livre*). Tratava-se, neste sentido, de uma ciência experimental que visava o aperfeiçoamento das raças através da seleção artificial. Em suma, a eugenia se configurava enquanto o estudo dos fatores que, sob o controle genético e social, pudessem melhorar ou prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras, tanto física quanto moral e mentalmente.<sup>2</sup>

Segundo Galton a eugenia teria como objetivo maior garantir que as classes geneticamente mais “evoluídas” pudessem contribuir para o progresso das gerações futuras. Para tanto, fazia-se necessário o conhecimento aprofundado das leis da hereditariedade através de uma definição exata, matematicamente calculada, investigando-se as taxas que contribuíam para as variações na qualidade das populações. A divulgação dos resultados e levantamentos das potencialidades genéticas da população faziam parte dessa agenda, que procurava familiarizar o público sobre o caráter científico da eugenia.

Em seu livro “Inquiries into Human Faculty”, publicado em 1883, Francis Galton mostrava que o indivíduo seria um prolongamento de todos os seus antepassados. Neste sentido, para se compreender o seu presente seria preciso, necessariamente, estudar sua genealogia. De modo geral, os indivíduos seriam mosaicos formados através de pedaços do seu passado familiar. E ao olhar para os seus antepassados seria possível antecipar o seu futuro e dos seus descendentes, daí a importância dada pela eugenia aos estudos genealógicos.

A ideia de que seria possível alcançar uma raça forte e “superior”, através do controle genético e biológico das populações, fez com que o pensamento de Galton se espalhasse por várias partes do mundo servindo como modelo teórico, metodológico e prático para diversas pesquisas científicas em biologia e genética, sendo utilizado também como mecanismo de sustentação para as teorias racistas, biodeterministas e nacionalistas adotadas em vários países em finais do século XIX e primeiras décadas do

<sup>2</sup> Etimologicamente falando, a palavra Eugenia deriva do grego, sendo composta de *eu* (bem) + *genikós* (relativo a gênero, genérico), qual seja, “bem genérico”, no sentido de melhorar o gênero humano.

século XX. Atrelada aos projetos de reforma social e às disciplinas científicas, tais como a antropologia, a psicologia, a psiquiatria e a biologia, a eugenia foi, aos poucos, ganhando legitimidade científica e aparato institucional, a partir da criação de sociedades e ligas, servindo também como modelo científico para a implementação de políticas estatais de controle populacional em vários países.

No Brasil, a eugenia foi logo abraçada por médicos, políticos e intelectuais que encontraram nela uma forma de entendimento para o “atraso” do país. Atrelada aos programas de saneamento e higienização dos espaços, dos corpos e das mentes dos indivíduos, a eugenia serviu como modelo de legitimação das políticas públicas de controle da população desenvolvidas no Brasil na Primeira República. Serviu não somente para um controle racial, mas também moral e social da população, como parte do projeto de construção e defesa da nacionalidade brasileira.

O principal divulgador das ideias de Galton no Brasil foi o médico paulista Renato Kehl, que em torno da Sociedade Eugênica de São Paulo, inaugurada no dia 15 de janeiro de 1918, e da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada por Ricardo Riedel em 1922, promoveu uma intensa campanha higienista e eugenista de modo a promover a profilaxia e o combate aos fatores considerados disgênicos para a espécie humana. Veiculada, em grande medida pelos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, criados em 1925, pelos Arquivos Paulistas de Higiene Mental, que começaram a serem publicados em 1928 e, especialmente, pelo Boletim de Eugenia, criado pelo próprio Renato Kehl em 1929, a campanha eugenista brasileira se ocupava, especialmente, das questões da hereditariedade, descendência e evolução das espécies, higiene física e mental, educação e pedagogia sexual, imigração, questões relativas à raça, leis e regulamentações eugênicas. Em suma, tinha como objetivo principal “cuidar da nacionalidade brasileira”, combatendo os fatores da degeneração, através de campanhas em prol da higiene física e mental do povo brasileiro.

Este artigo procura, neste sentido, mostrar como os estudos genealógicos sobre as famílias tornou-se um ponto fundamental nesta agenda eugenista brasileira, ao acreditar que através destes estudos seria possível promover o controle populacional, otimizando o futuro da nação.

## Estudos familiares e pedigree humano

Renato Kehl acreditava que o estudo do *pedigree* humano era importante por diversas razões. Primeiramente porque o estudo genealógico possibilitaria aos indivíduos conhecer seus antepassados como motivo de orgulho. Ao conhecer os seus antepassados seria possível traçar as qualidades, as capacidades e as limitações mentais, físicas e psíquicas da família, o que possibilitaria antever as possibilidades futuras dos ascendentes, pois, como mostra Kehl, “uma organização cuidadosa de cada registro torna possível o conhecimento da hereditariedade, que é a base de todas as construções genéticas e eugênicas”. Desse modo, os estudos genealógicos teriam uma grande importância prática, especialmente, para a conscientização dos indivíduos sobre os casamentos e as descendências, contribuindo para o melhoramento racial (KKEHL, 1929a, p.3).

Kehl observa que durante muito tempo a genealogia se ocupou apenas das famílias “nobres”, dos indivíduos ilustres e eminentes da sociedade. Os genealogistas transformaram-se em biógrafos dedicados a narrar a vida da celebridades, destacando os escândalos, bisbilhotando a vida pregressa do indivíduo e dos seus ascendentes, com o objetivo expresso de despertar a curiosidade dos leitores. Por isso mesmo, o costume de romancear a vida desses sujeitos era muito frequente, sempre a satisfazer a vaidade do indivíduo e de seus parentes ao preencher de feitos e honrarias suas histórias. Ao contrário disso, Kehl defendia a “biografia médica” e científica, preocupada em destacar as leis da hereditariedade, bem como os fenômenos biopsicossociais dos indivíduos. Nestas biografias de caráter mais científico os personagens deveriam ser estudados “sob o ponto de vista de sua constituição orgânica, de suas glândulas endócrinas, de suas taras e tendências somato-psíquicas” (KEHL, 1933a, p.148). Como uma narrativa mais científica do que literária.

Como exemplo de biografia científica ele cita o estudo “médico-biográfico” do escritor Edgar Allan Poe, realizado pelo médico francês Bénassis, onde são destacadas as informações sobre “a sua ascendência, a sua infância e juventude, a sua vida trágica, as manifestações e os estigmas

mórbidos que apresentou; analisando sob o ponto de vista psiquiátrico a evolução da doença (...)” (KEHL, 1933a, p.149). A partir dos dados colhidos desse estudo ele destaca o fato de ser o pai tuberculoso e alcoólatra, “sujeito a acessos mentais”; a mãe era também tuberculosa; seu irmão débil, também alcoólatra e tuberculoso, morreu aos 24 anos de idade; a irmã sofria de “degeneração mental (imbecilidade)”. Em relação a Poe destaca o fato de ter ele apresentado, desde jovem, “sintomas patentes das taras físicas e psíquicas que lhes pesavam sobre a cabeça” (KEHL, 1933a, p.149). Além disso, Poe “apresentava deformações do crânio, assimetria facial, estrabismo convergente”, além de ter “crises de excitação e de depressão melancólica (ciclotimia)”. Destaca ainda o fato de que o escritor “sofria de exaltações amorosas, porém, platônicas, de alucinações, delírios de imaginação”, vindo a falecer de “crise convulsiva ou embolia cerebral” (KEHL, 1933a, p.150).

É possível perceber o interesse demasiado às condições físicas, psíquicas e morais, como características de heranças, na formação do indivíduo. Até mesmo suas realizações artísticas eram entendidas a partir de sua constituição hereditária. Como diria Kehl (1933a, p. 152): “estudando a vida dos grandes homens desvendam-se muitas incógnitas da ciência; constituem os índices das grandes possibilidades da ciência e da boa geração”.

Mas não era somente a vida dos “grandes homens” que interessava à Eugenia. Muito ao contrário, como observa Kehl, o “preconceito nobiliárquico” teria se desvirtuado do mais importante que era traçar o histórico familiar dos indivíduos destacando os caracteres dos ascendentes de modo a controlar a sua propagação para os descendentes. Tratava, neste sentido, “de registrar não só o nome [como faz a elite burguesa], como também os dados biológicos e sociais de cada um de seus membros, de modo a ser possível, conhecendo-lhes as particularidades físicas, psíquicas e mentais resolver muitos problemas eugênicos a bem dos seus descendentes”. De acordo com Kehl aqueles que não se ocupassem do problema da genealogia eugênica seriam futuramente reconhecidos como “famílias sem passado” (KEHL, 1930a, p. 1).

Kehl mostra como realizar um estudo genealógico da família. Primeiro examinando a vida dos pais, observando sua constituição física, analisando caracteres tais como: peso, estatura, cor da pele, dos olhos, dos cabelos. Depois ele nos orienta a se recordar dos nossos avós, recordando seus traços, hábitos, manias, costumes, comportamento, etc. Depois disso, imaginar como seriam nossos bisavós, tataravós e daí por diante. Desse modo, seria possível compreender que somos todos resultado de combinações entre os diversos caracteres que herdamos dos nossos antepassados. Por isso mesmo, caberia a nós zelarmos pelo nosso patrimônio hereditário, do qual seríamos, segundo ele, “depositários efêmeros, pois que eles pertencem, em última análise, a uma das muitas linhagens que constitui o gênero humano e de que somos um simples anel” (KEHL, 1930b, p. 1).

Kehl ensina que para se organizar a genealogia de uma família seria preciso reunir os dados exatos para que os descendentes pudessem se orientar, futuramente, por eles. O cuidado demasiado com o passado remoto não se fazia necessário, segundo Kehl, deveríamos nos preocupar “com a exatidão dos dados referentes aos pais e avós, a fim de que esses dados mereçam inteira confiança”. As genealogias bem organizadas ajudariam, desse modo, a firmar “as bases para as futuras nobrezas eugênicas” (KEHL, 1930c, p. 1).

De modo a incentivar a população a organizar suas genealogias, em 1930 Renato Kehl publicou um livro dedicado aos chefes de família. A importância em se conhecer o passado dos ascendentes poderia servir como meio de se evitar problemas futuros. Como diria Kehl (1930d, p. 4): “poderemos aproveitar estes conhecimentos para evitar, quando ou quanto possível, as ciladas em que caíram, e para nos mantermos no bom caminho, antes que seja tarde”. Dedicando o livro aos pais ele o apresenta do seguinte modo: “patrício e amigo; - iluminai o caminho pelo qual trilharão os vossos filhos, que serão os brasileiros de amanhã. Dai-lhes como guia a história de vosso passado” (KEHL, 1930d, p. 4).

As razões do “Livro do chefe de família”, se equivalem às razões eugênicas de defesa da família. Quais sejam “avaliar, até certo ponto, num dado casamento, as forças hereditárias dos pais em relação aos caracteres

que predominarão nos seus descendentes” (KEHL, 1930d, p. 5). Ou seja, fornecer as informações adequadas para a previsão de quaisquer problemas futuros.

Na primeira parte encontra-se um modelo de árvore genealógica que deve ser preenchido de acordo com as indicações dadas pelo livro. Em seguida, pede-se que o chefe de família preencha os dados sobre a sua pessoa tais como: data de nascimento, nascido a termo ou prematuro, tipo de alimentação na primeira infância, doenças sofridas na primeira infância, idade escolar, mocidade, idade adulta, vacinas, etc. Depois há um espaço onde devem ser colados retratos de várias épocas. Em seguida pede-se preencher as informações referentes aos ascendentes até terceiro grau, com atenção especial às doenças físicas e mentais, bem como aos vícios. Pede-se, também, que se registre as informações referentes aos irmãos e primos, atentando-se, especialmente, à saúde, à inteligência, ao comportamento e aos “defeitos físicos e psíquicos apresentados”. Em um segundo momento, o livro dedica espaço para o preenchimento das informações referentes à esposa e aos seus ascendentes. E, por fim, um espaço dedicado aos filhos, onde devem ser preenchidas as informações como doenças, vacinações, quando começou a andar, primeiro dente, etc. O livro deveria ser lido em família de modo a manter sempre vivo o passado e o presente da mesma. Como mostra Kehl (1930d, p. 41): “este memorial íntimo será, certamente, folheado e lido de preferência no doce e silencioso remanso da intimidade. Serão os momentos propícios para relembrar o passado, balancear o presente e delinear um futuro ditoso”.

Em suma, o livro pode ser entendido enquanto um manual de construção de uma família eugenizada e higienizada. Uma família organizada pela disciplina, sustentada pelos princípios da honra e da fidelidade. Como diria Kehl (1930d, p. 43): “a pátria é a família amplificada”. Ou seja, a família se constitui enquanto uma extensão do Estado, ao mesmo tempo em que o Estado se constitui enquanto uma família em seu sentido mais amplo. A construção como princípio de defesa da nacionalidade brasileira. Não por acaso, no final do livro encontra-se o hino nacional brasileiro, bem como uma série de aforismo sobre amor, consciência, dever, honra, educação, urbanidade, bom senso, casamento, ociosidade, vícios,

trabalhos e etc., além de uma série voltada para os princípios de conduta e regras básicas para alcançar sucesso e bem estar na vida.

**LIVRO DO CHEFE DE FAMILIA.**  
Pelo DR. RENATO KEHL

**FAZIA-SE SENTIR** a falta de um livro para  
o **REGISTRO DE FACTOS E DATAS DE FAMILIA.** Muita gente lastima não possuir dados e noticias de antepassados, porque os paes não tiveram o cuidado e o trabalho de tomar os assentamentos necessario em occasião oportuna. O resultado é isso que ahi vemos: **PESSOAS QUE IGNORAM OS NOMES DOS PROPRIOS AVÓS E DE OUTROS PARENTES DE SANGUE.** Para resolver este problema, tornando facil e methodico os assentamentos, o Dr. Renato Kehl, conhecido publicista e eugenista patricio, organizou um **LIVRO ESPECIAL PARA REGISTRO DE FACTOS E DATAS DA VIDA INTIMA DA FAMILIA, INTITULADO "LIVRO DO CHEFE DA FAMILIA".** Trata-se de uma obra utilissima, que ensina a estabelecer, entre outras coisas, a arvore genealogica, de modo que os actuaes casaes, com um pouco de boa vontade, poderão legar aos filhos **MUITAS INFORMAÇÕES UTEIS** que elles por inadvertencia dos seus progenitores, não tiveram a ventura de receber.

**PREÇO: 25\$000 — REGISTRADO MAIS 1\$000.**  
**Com um bonito estojo mais 6\$000.**

Pedidos á "MEDICAMENTA"  
— Caixa Postal 2525 — Rio de Janeiro,  
enviando a importancia em cheque,  
vale postal ou sob registro com  
valor declarado.

Figure 1: Propaganda sobre o "livro do chefe de família" (*Boletim de Eugenia*, ano 2, nº. 19, julho de 1930, p. 8).

O registro dos dados de forma minuciosa serviria, portanto, como mecanismo de orientação das práticas eugênicas. A partir dos registros individuais de famílias, somados a outros tornaria possível a formação de arquivo eugênico da população. A organização do *pedigree* seria importante para favorecer as deduções futuras em benefício ao indivíduo e aos seus descendentes. Em suma, tanto o registro individual quanto o arquivo genealógico seriam de grande importância para o controle eugênico da população. Como mostra Kehl (1930d: 66):

Fica assim evidenciada a importância eugênica do registro individual e do arquivo genealógico de família com o fim de estudar os caracteres familiares, verificar quais os dominantes; para prever e preservar os valores hereditários sob o ponto de vista individual, social, nacional, racional, bem assim para prevenir e evitar a multiplicação de maus caracteres.

Neste contexto destaca-se um novo personagem: o médico de família. Considerando a importância do conhecimento do fator hereditário, as famílias deveriam ter um médico a quem consultaria periodicamente. Ao médico, o único em condições de avaliar os fatores hereditários familiares, caberia o papel de avaliar minuciosamente todos os membros da família, desde pais e filhos até os tios e sobrinhos. Os médicos de família deveriam informar sobre a hereditariedade, o temperamento, a constituição física e mental, bem como toda a vida progressiva dos indivíduos. Kehl considera de grande importância a presença do médico no espaço familiar, um hábito antigo que segundo ele deveria ser retomado como estratégia de “defesa familiar segundo os preceitos da eugenia” (Kehl, 1929b: 2).

Esta figura do médico de família remonta, sobretudo, ao século XIX e se desenvolve como um mecanismo estratégico no processo de medicalização da sociedade. De acordo com Jurandir Freire Costa, num momento em que os problemas referentes à saúde e à doença, além de problemas políticos, passaram a ser também objetos de intervenção médica. Desse modo, o médico passa a ter ingerência tanto sobre o espaço público quanto sobre o privado. Sua presença nas casas de família era voltada, sobretudo, para o cuidado das mulheres e das crianças. Dado que tanto as mulheres quanto as crianças, especialmente em se tratando de famílias de posse, permaneciam muito tempo em casa, em ambientes fechados, o médico procurava intervir, especialmente, de modo a tornar estes lugares menos insalubres e mais higienizados. Segundo Costa (1989, p. 120): “a casa higiênica era, por conseguinte, um dos trunfos médicos na luta contra a família clássica em favor da mulher. Mas também em favor da criança”.

A casa higiênica não deveria ser habitada por muita gente. Era preciso estar sempre iluminada e ter espaço suficiente para a circulação de

ar puro. Costa mostra que os médicos do século XIX eram contrários a presença de escravos nas casas de família porque “reduzia a sanidade da família”. Além disso, temia a “promiscuidade”, bem como o abuso contra as mulheres e as crianças. Desse modo, o escravo “até então sinal de conforto, convertia-se em ameaça de doença” (COSTA, 1989, p. 124). Em suma, “a higiene, apontando o escravo como um mal, reforçava a ordem econômica, ensinando a família a prescindir dele. Transformando a necessidade em virtude, os médicos tornavam o inevitável, desejado” (COSTA, 1989, p. 125).

Desse modo, a medicina tornava o ambiente familiar cada vez mais intimista. Os modos de vestir, de comer e até de se sentar à mesa foram alterados. Todo o espaço passou a ser organizado de acordo com os preceitos higienistas. Cada vez mais o espaço privado foi se diferenciando do público. As discriminações entre os gêneros começaram a se organizar. Desse modo, como aponta Costa (1989, p. 139), “progressivamente, a família reenclausurava-se. Mas, desta vez, incorporando à sua intimidade a presença médica”. Costa lembra ainda que “a casa converteu-se em local permanente de inspeção de saúde, controle de doenças e militância moral. O modelo de regulação disciplinar, sinuosamente, invadia seus interstícios”.

A figura do médico de família passou a ter grande importância neste contexto de reestruturação dos espaços públicos e privados. Ao médico caberia cuidar não somente do físico, mas, especialmente, da moral. Seu saber/poder investia não somente sobre o corpo, mas sobre a mente dos indivíduos, especialmente das crianças. Costa (1989, p. 144) lembra que “a exaltação higiênica do corpo, da casa, da educação, em defesa da saúde, desenvolveu na família uma acuidade que ela não possuía”. Ela passou, então, a escutar o que não escutar e a ver o que não via.

Neste sentido, o poder médico volta-se, sobretudo, para a criança, buscando promover “o enquadramento disciplinar do corpo”, a regulação do sexo e orientação intelectual. Nestes espaços de controle e vigilância, a mãe, especialmente, passa a ser aliada dos médicos, cuidando da higienização dos filhos. Ele se ocupa da alimentação, da vestimenta, da disciplina física e do controle da sexualidade, especialmente da masturbação, pecado por excelência e fonte de todos os males físicos e mentais. Os médicos higienistas diziam que a masturbação lesava os sistemas digestivo,

circulatório, respiratório e nervoso corroborando para a decadência física e psíquica do indivíduo. Sistemas de vigilância foram organizados para manter o onanista sobre controle, com o olhar sempre atento do médico e da família.

Embora a função do médico de família na acepção eugenista tenha como objetivo principal cuidar da hereditariedade, não é incorreto dizer que os mesmos também zela pela higienização do espaço familiar. Ao investir sobre a sexualidade, orientar sobre o matrimônio, atentar os indivíduos para a importância de se manter o corpo forte e saudável, ele também se insere dentro desse processo de medicalização social tratado por Jurandir Freire Costa. Ao defender o retorno do hábito que as famílias tinham de ter os seus próprios médicos, Renato Kehl está defendendo nada mais nada menos que a medicalização do espaço familiar, como extensão dos discursos e das práticas eugenistas.

O registro e o cadastro de informações sobre as famílias teria não somente uma validade individual, mas serviria como modo de manter uma espécie de controle sobre os indivíduos, através da constituição de um cadastro eugênico da população. Com o discurso de defesa da família, tal prática pode ser entendida perfeitamente a partir do que Foucault denomina “biopolítica”, dado que há um investimento político, médico e científico sobre a vida dos indivíduos. Ao se organizar informações sobre condições de saúde, doença e etc., tanto no que diz respeito à vida dos indivíduos quanto dos seus descendentes, manifesta-se o interesse de manter essa população sob o domínio de saberes e poderes especializados. Em suma:

Servem para firmar e exaltar a sinceridade das filiações e a fidelidade ao lar; para elevar o valor físico e o mérito moral dos membros que se destacaram; para evitar os casamentos entre indivíduos com as mesmas taras, o que daria em resultado surgirem reforçadas na descendência; servirão para prever as aptidões físicas, psíquicas e mentais dos filhos; para prever as possibilidades e as complicações mórbidas, tornando possível estabelecer, em tempo, medidas capazes de contrabalançar as más tendências hereditárias; para indicar certas medidas terapêuticas ou para evitar outras, que seriam danosa; para indicar a priori, e corrigir antes de

indelevelmente estabelecidas, certas anormalidades de constituição e temperamento; e, futuramente, para orientar as medidas eugênicas de caráter geral em benefício do povo (KEHL, 1933a, p. 159).

A partir desse trecho fica clara a pretensão preventiva da eugenia brasileira. Conhecendo de antemão os indivíduos seria possível agir antes mesmo que os problemas ocorressem. A prévia classificação dos indivíduos e das famílias perigosas; a classificação dos indivíduos tendentes geneticamente à criminalidade; graus de natalidade, mortalidade nas diversas camadas sociais. Enfim, é o biopoder como modo de subjugar estes indivíduos à ordem médica e política que procura incidir sobre o corpo e a mente dos indivíduos e de toda a sua descendência.

Como forma de despertar o interesse dos indivíduos pelos estudos genealógicos, foram realizados alguns concursos com a distribuição de prêmios para os vencedores. Em dezembro de 1928, por exemplo, foi realizado em São Paulo o primeiro concurso de eugenia da América do Sul. A comissão julgadora do concurso foi composta de médicos e sanitaristas, contando com o diretor do serviço sanitário de São Paulo, Waldomiro de Oliveira, e com os médicos Cantidio de Moura Campos, Clemente Ferreira, Garcia Braga, Fernandes Figueira de Mello, Dalmacio de Azevedo e Octavio Gonzaga. Cabia à comissão não somente julgar as características individuais dos candidatos, mas, sobretudo, as suas ascendências, destacando as enfermidades físicas e mentais tanto do candidato quanto dos seus antepassados.

A seleção dos concorrentes foi feita organizando-se, primeiramente, a lista dos candidatos de ambos os sexos, de três a cinco anos de idade, que, posteriormente, foram fichados e examinados levando-se em consideração as suas condições físicas e mentais bem como de seus ascendentes. Neste primeira seleção foram classificados 70 candidatos que foram novamente selecionados, restando apenas 30. Desses 30, uma última seleção classificou apenas sete e desses sete foram classificados os três primeiros lugares. A vencedora do concurso foi Ademir, uma garota de três anos de idade, que contava com oito irmãos vivos, seis tios maternos e sete paternos, todos sadios. Coube a Renato Kehl a entrega do prêmio à vencedora que

parabeniza à criança e a seus pais “cujo título de criança eugenizada, conferida oficialmente por uma comissão de médicos competentes, [valeria] por um título sem par na nobiliarquia galtoniana” (KEHL, 1929c, p. 2). Além disso, Kehl destaca a importância desse tipo de concurso não somente “para o fomento da paternidade digna”, mas também “como testemunho de que a propaganda do aperfeiçoamento eugênico [estava] dando resultados evidentes e valiosos para a nossa terra e para a nossa gente” (KEHL, 1929c, p. 1) (colocar a foto da criança).

O segundo concurso de eugenia foi realizado novamente em São Paulo, no dia dois de dezembro de 1929, contando com 37 candidatos, de três a cinco anos de idade, de ambos os sexos. A organização do concurso ficou sob os cuidados da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde. Após avaliação minuciosa feita pela comissão julgadora, composta por médicos, foram distribuídos os prêmios, em dinheiro, para os primeiros classificados: Neusa Ribeiro de Souza, Hedda Arminante, Reynaldo Paschoal Russo, Nilza Soares e Ausca di Rienzo (BE, ano 1, nº. 12, 12/1929, p. 6)

Em suma, os estudos genealógicos tinham como objetivo organizar o maior número possível de informações sobre a história biológica dos indivíduos, dos seus ascendentes e descendentes. Desse modo seria possível manter uma população diversa e variada sob controle.



Adenir — 3 anos — 1.º Premio do 1.º Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitario do Estado.

**Figure 2:** Criança vencedora do Primeiro Concurso de Eugenia, realizado em São Paulo em 1929 (*Boletim de Eugenia*, ano 1, n.º 5, maio de 1929, p. 1).

### Considerações finais

De modo geral, é possível concluir que, através destes discursos e práticas, o que a eugenia procura fazer é controlar o processo evolutivo da espécie através de uma política que busca, ao mesmo tempo, promover a propagação das raças desejáveis bem como suprimir os perigos para a população através da eliminação dos menos adaptados. Pelo racismo, o biopoder possibilitou, neste sentido, que o Estado legitimasse sua função assassina, haja vista que “a raça, o racismo, é condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Assim, se estabelecem novas formas de intervenção sobre os espaços sociais, no sentido de promover um controle direto da população. O poder incide sobre o corpo e a vida numa dinâmica que procura dobrá-lo, de forma a transformá-lo em utilidade. O corpo é particular, é individualidade, mas é, sobretudo, coletividade. Ou seja, é em nome da saúde de todos, e da evolução da espécie, que a biopolítica, assim como a eugenia, busca multiplicar seus espaços de intervenção. Em suma, o biopoder se ocupa da vida, da espécie, das raças e dos fenômenos relativos à população.

Neste sentido, a biopolítica nos fornece um melhor entendimento da campanha eugenista desenvolvida no Brasil, em um momento em que o corpo e a vida passaram a ser objetos de investimento político. “Fazer viver e deixar morrer”, eis o que faz a eugenia, ao discernir entre os fatores sociais aqueles que, de um lado, devem ser favorecidos e, de outro, os que devem ser eliminados. Ou seja, de um lado a procriação dos seres “bem dotados” e de outro a eliminação progressiva dos indivíduos “fracos” e “degenerados”.

## Referências

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GALTON, Francis. Eugenics; its definition, scope and aims. *Nature*, n. 1904, vol. 70, 26/05/1904, p. 82.

GALTON, Francis. *Inquiries into human faculty and its development*. London: Macmillan, 1883.

KEHL, Renato. Do meu e do alheio: quatro razões para o estudo do pedigree humano. *Boletim de Eugenia*, vol. I, n.º.2, fevereiro de 1929a, p. 3.

KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e civilização*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933a.

KEHL, Renato. Famílias sem passado. *Boletim de Eugenia*, ano 2, n.º.21, setembro de 1930a, p. 1.

KEHL, Renato. Linhagens: pais e avós. *Boletim de Eugenia*, ano 2, n.º. 14, fevereiro de 1930b, p. 1.

KEHL, Renato. Nobreza eugênica. *Boletim de Eugenia*, ano 2, n.º. 22, outubro de 1930c, p. 1.

KEHL, Renato. *Livro do chefe de família*. Rio de Janeiro: Estabel. Graph. Canton & Beyer, 1930d.

KEHL, Renato. O médico de família e a Eugenia. *Boletim de Eugenia*, ano 1, n.º. 1, janeiro de 1929b, p. 2.

KEHL, Renato. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade: a primeira brasileira eugenizada. *Boletim de Eugenia*, ano 1, n.º. 5, maio de 1929c, pp. 1-2.

Recebido em setembro de 2019.  
Aprovado em dezembro de 2019.